EDUCAÇÃO FÍSICA E EQUIDADE DE GÊNERO: PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES.

Márcia Aparecida de Oliveira[1]

RESUMO

Neste artigo é feito um histórico da construção do sistema patriarcal e são abordadas as principais práticas pedagógicas com o objetivo de discutir as relações de gênero na disciplina de Educação Física. Que propostas pedagógicas podemos construir para a alteração de comportamentos e atitudes para a busca de relações entre meninos e meninas mais equilibradas?
Nessa abordagem a proposta é de utilizar os jogos cooperativos como forma de possibilitar a inclusão de todos, a interação entre meninos e meninas, homens e mulheres, de forma que, ao longo do tempo, se possa desconstruir o conceito de separação e construir o conceito de equidade, pautado no respeito mútuo. A partir da observação cotidiana e de estudos que constatam que muitos conceitos de superioridade masculina são reforçados nas aulas de educação Física, propôs-se uma intervenção nas aulas com as turmas de jovens e adultos do CEEBJA do Município de Guarapuava.

Palavras Chaves: Educação Física, Equidade, gênero, sociedade patriarcal.

ABSTRACT

In this article it’s made a historical of the construction of the patriarchal system and are approached the main pedagogical practices with the aim of discuss the gender relations in Physical Education subject. Which pedagogical proposals can we build for the alteration of behaviors and attitudes for the search of relations among boys and girls more equilibrated?
In this approach the proposal is to use cooperative games as a way to make possible the inclusion of all students, the interaction between boys and girls, men and women, in such a way that, along the time, it can be possible to unbuild the concept of separation and build the concept of equity, ruled in the mutual respect. From the daily observation and from studies that note that many male superiority concepts are reinforced in Physical Education classes, it was proposed an intervention in classes with young and adults groups of CEEBJA from Guarapuava.

Keywords: Physical Education, Equity, Gender, Patriarchal Society.

[1] Professora da Rede Pública do Estado do Paraná. Licenciada em Educação Física pela UNIOESTE/Marechal Candido Rondon (PR). Especialista em Supervisão Escolar pela UNICENTRO/Guarapuava (PR).

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade onde, apesar dos avanços, a mulher ainda é considerada o “sexo frágil”, aquela que precisa ser amparada, protegida e livrada de algumas atividades que se julgam incapazes de realizar.

Dentro da área educacional, essa separação de gêneros, durante as aulas de Educação Física, é nítida, sendo necessária uma reestruturação curricular e uma nova postura frente à questão da separação de gêneros para que a eqüidade possa se tornar possível e real. Práticas pedagógicas precisam ser repensadas para que possamos construir uma nova abordagem dos conteúdos sob o olhar da equidade de Gênero. As diferenças físicas entre homens e mulheres são acentuadas nas aulas de educação física. Junto a isso os conceitos que esta sociedade patriarcal repassa na maneira de educar meninos e meninas, que reforçam conceitos de força e superioridade masculina. No sistema de sociedade Patriarcal o Homem é mais “forte”, logo, digno de posições de prestigio e maior importância e a mulher é mais “fraca”, logo, impossibilitada para determinadas coisas e ocupando papéis secundários da vida em sociedade.

Como minorar a separação de gênero nas aulas de Educação Física e possibilitar a eqüidade?

Gonçalves (1994) define a educação como:

> Um fenômeno inerente ao homem como um ser social e histórico, cuja existência fundamenta-se na necessidade de formas as gerações mais novas, transmitindo-lhes seus conhecimentos, valores e crenças, abrindo-lhes possibilidades para novas realizações.(p.118)

Essa citação nos traz algumas reflexões: Como transmitir valores em uma sociedade que privilegia o “ter mais” o “ser mais”, o “quem é mais esperto é o melhor”? Como formar indivíduos com possibilidades de novas

realizações se a exclusão começa dentro da escola, espaço mor da Educação?

Desde a avaliação, que é excludente e seletiva até alguns detalhes que, muitas vezes, passam despercebidos aos nossos olhos de educadores, selecionamos, excluímos, priorizamos, enaltecemos, fazendo com que a igualdade entre todos seja um objetivo ainda a ser atingido. Educamos para a sociedade, para a competitividade, para o mundo do trabalho e a educação para a integralidade? Como fica?

Dentro das aulas de Educação Física, é possível perceber, que mesmo os alunos já têm seus grupos que, geralmente (com raras exceções) são formados por, primeiramente, gênero, depois classes sociais, interesses comuns e por aí afora.

Muitas vezes, por falta de tempo e de interesse em mexer com valores que já estão tão arraigados, fazemos vistas grossas quando uma menina quer entrar no jogo de futebol e os meninos não deixam, quando o professor (homem) atende mais do jogo dos meninos e dá alguma "atividadezinha" para as meninas, perpetuando um comportamento machista e excludente.

Então, surge um questionamento: Como alterar isso? Como transformar?

As respostas, cremos que não são fáceis de dar, pois dependem de toda uma mudança estrutural, que precisa começar na base, ou seja, na formação dos profissionais que irão atuar nas escolas, que irão formar novos indivíduos. Precisa haver um rompimento. Porém, como vimos no início desta reflexão, as mudanças não ocorrem em curto prazo de tempo e, muito menos, sem lutas, sem batalhas.

O sistema patriarcal, que reinou absoluto por séculos, só esmaeceu quando as mulheres fizeram se ouvir, algumas pagando alto preço, e, assim mesmo, ainda vemos que o dito sistema ainda é presente, apesar de já estarmos em pleno terceiro milênio, no século XXI, como se essa denominação tivesse alterado o rumo das coisas.

A partir da prática estabelecida em anos de carreira, temos observado a separação de gêneros nas aulas de Educação Física, que por fatores

culturais que no decorrer do texto será exposto, nunca é questionada nem por alunos e nem por professores.

Nossa linha de pesquisa propõe os jogos cooperativos como forma de possibilitar a inclusão de todos, a interação entre meninos e meninas de forma que, ao longo do tempo, se possa desconstruir o conceito de separação e construir o conceito de equidade, pautado no respeito mútuo. A partir da intervenção realizada no contexto escolar por ocasião do Programa de Desenvolvimento educacional do Estado do Paraná vamos apontar reflexões e expor algumas possibilidades de ações que vão contribuir para que o tema da equidade seja abordado e discutido.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A trajetória feminina desde os primórdios da humanidade até os dias atuais

Para construirmos uma base teórica que nos permita compreender como se gerou a separação de gêneros, com a supremacia do homem sobre a mulher, fazendo esta parecer o “sexo frágil”, precisamos retroceder no tempo, até, aproximadamente, dois milhões de anos atrás, quando os princípios masculinos e femininos governavam o mundo juntos.

Para construir essa “linha do tempo”, buscamos referência na obra de Rose Marie Muraro, que traça essa linha brilhantemente, tecendo reflexões acerca do papel feminino ao longo da trajetória das sociedades humanas.

Inicialmente, essa autora coloca a época em que não existia supremacia de nenhum dos gêneros, ambos governavam o mundo porque somente desta forma conseguiriam sobreviver, visto que a vida nômade não era das mais fáceis. Imperava a lei da solidariedade e da partilha, os grupos eram pequenos e viviam da coleta de frutos e da caça a pequenos animais.

Nessa época, a mulher tinha uma posição privilegiada pelo fato de reproduzir a vida, sendo que os homens nem faziam idéia de sua contribuição para essa reprodução. Muitas vezes, em muitos grupos, quem governava era a mulher, porém, a noção de poder era muito diferente da

que vemos hoje, onde a luta pelo poder, pelo ter mais, faz com que tanto homens quanto mulheres, deixem de lado sua moral e sua ética para conseguirem alcançá-lo.

Nesta época, chamada “Seixo Rolado”, segundo Muraro (2003, p. 14), o “poder não trazia privilégio pessoal para quem mandava. Por isso, todos, por sua vez, acabavam por exercê-lo”. Assim, o individualismo não existia e todos tinham voz e vez, sendo os interesses do grupo colocados acima dos interesses de cada um.

Segundo a obra da autora já citada, podemos estabelecer como o início da separação dos gêneros, a “Sociedade da Caça” que começou a existir cerca de quatrocentos mil anos atrás, quando a natureza se mostrou menos exuberante e foi preciso acelerar a busca pelo alimento, iniciando a caça a grandes animais. O homem possuía uma força física maior que a mulher, sendo mais capaz de caçar do que as mulheres. Começa aqui a primazia do homem sobre a mulher e o fato de ser esta a procriadora já não contava mais e sim a capacidade de caçar e guerrear com outros grupos em busca da obtenção de mais território. Desta forma, o poder passou a ser dado ao membro do grupo que correspondia ao ideal de guerreiro: forte, com boa capacidade de caça e de guerra.

Rose Marie descreve o início e a concreticidade da supremacia masculina em dois rituais que eram realizados nas sociedades de caça: a couvadade e a iniciação masculina. O primeiro consistia em, logo depois que a mulher dava a luz, o homem a tirava da cama e deitava-se em seu lugar, com a criança, a esperar as visitas e a mulher tinha que voltar ao trabalho normalmente. O segundo, era a contrapartida da iniciação feminina que se dava quando a menina menstruava, demonstrando estar apta à procriação. Como, no homem, essa condição inexistia, quando o menino chegava à puberdade, era levado para a casa dos homens, onde o ritual imitava um parto, com o uso de instrumentos de madeira e cerâmica.

Segundo Muraro (2003, p. 17), só “quando pare a si mesmo, o homem é adulto e, portanto, livre das mulheres.”

A forma utilizada pelos homens para dominar a mulher, era sobrecarregá-la de trabalho, ficando o homem, com muito mais tempo livre

do que as mulheres. Esse tempo livre permitiu que, nas suas horas de ócio, desenvolvessem tecnologias que viriam a distanciar mais ainda o gênero masculino do feminino. Com isso, iniciou-se a fundição de metais, o que acarretaria um poder de guerra ainda maior.

As mulheres, as primeiras horticultoras, foram superadas pelos homens, que, com a invenção de pás, picaretas, ancinhos e arados, principalmente, tornaram-se agricultores.

A lida na terra exigia que os grupos deixassem de ser nômades e nela se fixassem, causando a divisão de terras e a luta pelo território, iniciando-se, primeiramente, as fazendas, depois aldeias, cidades, estados e, finalmente, os impérios. A produção excedente era trocada ou vendida, inaugurando-se, assim, a atividade econômica. Desta forma, inicia-se a História.

Com a acumulação de produção, algumas pessoas passaram a acumular dinheiro e, quem tivesse mais posses e mais dinheiro tinha mais poder, fazendo com que as guerras se tornassem rotina, pela luta por terras. Inicia-se aí a escravização, pois, como o trabalho no campo era pesado, ninguém queria fazê-lo. Então, os prisioneiros de guerra eram escravizados e obrigados a trabalhar na terra daqueles que venciam as guerras, além de, terem suas terras tomadas e anexadas às posses dos vencedores.

Começa então a sociedade da competição, da agressão, do individualismo. Instala-se a Lei da Competitividade, ou seja, aquele que possuía mais, tinha mais poder. Os interesses coletivos já não mais importavam, casa um preocupava-se com si mesmo e com maneiras de adquirir mais posses e mais poder. Os estados passaram a ser governados pelos soberanos e os camponeses explorados julgavam que o poder era direito divino, nunca se rebelando e aceitando pacificamente sua condição.

Desde então, a cerca de oito mil anos para cá, segundo Muraro (2003, p.22), “todas as instituições provenientes da competitividade foram autoritárias, desiguais, excludentes. O poder passou a ser conquistado pela violência. A lei do mais forte não podia ser rompida.”

Todo esse contexto, como não poderia deixar de ser, mudou por completo a condição feminina. Como o homem já havia descoberto seu papel no ciclo reprodutivo, a linhagem já não era transmitida pela família da mulher, mas sim da família do homem e, se a mulher tivesse um filho fora do casamento, poderia comprometer a herança e a posse da terra, ficando a mulher enclausurada, saindo virgem da casa do pai para as mãos do marido. Qualquer transgressão a essa regra era punida com a morte.

Começa, então, a sociedade patriarcal. A mulher, que antes possuía status e prestígio e governava junto com o homem, agora passa a uma condição de total subserviência. Tudo era feito para e pelos homens. A única função da mulher era a procriação, pois, quanto mais filhos tivessem, mais haveria mão-de-obra barata e mais soldados para defender a posse da terra.

A sociedade ficou então dividida em domínio público, destinado aos homens que tomaram para si o mundo do trabalho, da guerra, do conhecimento e, principalmente, do poder e domínio privado, destinado à mulher, o qual se resumia ao âmbito doméstico. A dominação econômica gerou a submissão psicológica e a mulher passou a aceitar sua condição de inferioridade em relação ao homem.

A situação em que vivia a mulher no sistema patriarcal perdurou por muitos séculos e só começou a se modificar com a chegada da Era Industrial e a invenção da máquina a vapor, que tornou possível a construção de teares e o uso da força mecânica em substituição à força masculina. Também conseqüência da criação das indústrias foi o surgimento das primeiras metrópoles da Era Moderna, como Londres, Paris e Nova York e também o operariado moderno, classe essa formada pelos que não possuíam terra.

Voltando à condição feminina, nessa Era, a mulher passou a ser utilizada também como mão-de-obra (barata e eficiente), sempre com cargos e salários inferiores aos dos homens. Ao contrário dos homens, que, organizados em movimentos operários, conseguiram muitos benefícios e melhoraram a condição operária, as mulheres, apesar de se organizarem em grupos, denunciarem a opressão em que viviam, criarem o “manifesto

feminista", onde reivindicavam seu direito à participação política, através do voto, direito à educação, ao emprego digno, ainda tiveram que esperar mais de setenta anos para conseguirem o direito ao voto nos Estados Unidos e na Europa. Enquanto os homens queriam acabar com a sociedade de classes, as mulheres buscavam o fim da cultura patriarcal.

No Século XXI, a tecnologia invadiu o mundo e a humanidade evoluiu em cinqüenta anos o que não evoluiu nos dois milhões de anos anteriores. Porém, toda essa evolução teve um preço alto e o mundo se vê cada vez mais ameaçado, pois junto com a evolução veio a destruição da natureza em nome do progresso e o sistema capitalista, altamente competitivo acabou, segundo Muraro (2003, p.37) por "fabricar mais máquinas do que machos".

Assim como a humanidade evoluiu em todas as áreas, o movimento feminista também evoluiu e, a partir da década de sessenta, começou a denunciar a exploração no mercado de trabalho e também críticas ferrenhas ao patriarcado em todas as instâncias, contribuindo, juntamente com outros fatores como movimentos raciais e jovens, com a mudança mais importante do século XX: a mudança de mentalidades. Porém, apesar do socialismo estar em voga, as estruturas políticas que governavam continuaram a ser autoritárias, patriarcais, injustas e excludentes e o homem continuou sendo competitivo, patriarcal e racista como na sociedade capitalista.

A entrada das mulheres em movimentos sociais, já que o mundo público ainda lhes era negado, oportunizaram, em grande parte, essa mudança de mentalidade.

Dados expostos no livro de Muraro (2003, p.46), afirmam que "as mulheres perfazem 70% das lutas de libertação, 80% das comunidades de base, isso no Terceiro Mundo e, no Primeiro mundo, 90% dos movimentos antiarmamentistas e ecológicos."

Parece-nos que a autora quis deixar claro, em sua obra, que a mulher, por estar mais preocupada com a afetividade, com o cuidado tanto consigo mesma quanto com os outros, é um dos principais agentes capazes de operar uma mudança realmente significativa. A explosão demográfica e as constantes agressões contra o Planeta em nome do progresso criaram uma

situação crítica, a qual deve ser minorada, em cinqüenta anos não haverá mais como retroceder e salvar o mundo em que vivemos.

Infelizmente, apesar de a mulher já ter provado o seu potencial em todas as áreas, ainda existe a discriminação, a separação de gêneros, a idéia de que a mulher é a "coitadinha" e o homem o seu "protetor", de que a mulher precisa ser tratada como o sexo frágil e livrada de algumas ações que se julgam exclusivamente masculinas. Podemos constatar isso todos os dias ao ler jornais e ver o percentual de mulheres agredidas, mantidas sob domínio e forçadas a viver somente para o marido e os filhos, fazendo-nos ver que o patriarcado deixou de existir, de fato, apenas para algumas.

2.2. O desenvolvimento do conceito de gênero

Ao se falar em gênero, logo nos reportamos ao que aprendemos (e ensinamos) na escola: gênero do substantivo = masculino e feminino, homem e mulher, menino e menina.

Se formos buscar raízes históricas, descobriremos que a construção do gênero, deveria ser pensada de outra forma, deveria ser ensinada de outra forma.

Na primeira parte, expusemos os estudos de Rose Marie Muraro que descreve como houve um tempo em que não havia diferenças entre homens e mulheres, todos trabalhavam igualmente, o poder era exercido tanto por homens como por mulheres. O conceito de gênero não existia.

Se tomarmos puramente como biológico, não há como se negar as diferenças entre homens e mulheres, porém, o que se enfoca neste trabalho é a questão do gênero construído historicamente e então há que se buscar na luta dos movimentos feministas a fundamentação sobre a temática.

Primeiro precisa-se pensar no que é ser homem ou mulher. Na sociedade em que vivemos atualmente homens e mulheres vivem em condições de desigualdade. Se formos ao início da vida, vemos que as crianças nascem fêmeas ou machos da espécie humana, mas vão sendo

criadas, educadas e moldadas segundo aquilo que a sociedade considera próprio para meninos ou meninas.

Sobre as diferenças biológicas de sexo, vão sendo criadas desigualdades sociais que atribuem papéis estereotipados para o masculino e o feminino, nos quais há sempre um desequilíbrio: o papel do homem é sempre mais valorizado do que o papel da mulher.

Nalu Faria e Miriam Nobre, em seu livro "Gênero e Desigualdade" explicam que “... existe uma divisão entre as esferas pública e privada, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade do direito". (1997, p.62)

Seria então um modelo de vida em que os homens trabalham fora e são os provedores e as mulheres só fazem o trabalho doméstico, invisível e desvalorizado. Ao homem caberia a produção, entendida como aquilo que gera diretamente a riqueza, em termos de dinheiro e à mulher a reprodução: da vida, da força de trabalho e também dos valores vigentes, para que nada mude.

Na verdade, esse modelo de vida só existe para uma parcela pequena da população e que cada vez diminui mais, com a entrada em massa da mulher no mercado de trabalho, conquistando espaço nesse mundo da produção, antes considerado masculino. Em contrapartida, os homens resistem a se incorporar ao mundo da reprodução. Ainda é muito forte a idéia de que a mulher deve ser apenas mãe e dona de casa e que todo o poder de decisão deve estar nas mãos masculinas, basta analisarmos o percentual de mulheres que ocupam cargos públicos e nas grandes empresas.

Depois de muitos anos de estudos e lutas das mulheres foi sendo elaborado o conceito de gênero, que é o que busca explicar as relações sociais entre homens e mulheres. Esse conceito foi utilizado como categoria de análise primeiramente pela antropologia, que coloca o "ser mulher" ou "ser homem" como uma construção social. A palavra gênero, tirada da

gramática, foi utilizada para identificar essa construção, diferenciando-a do sexo biológico.

Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por convenções sociais, varia segundo a época e padrões culturais e, portanto pode ser modificado.

Em seu trabalho "Sistemas de gênero, redes de atores e uma proposta de formação", editado pela Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina – REPEM – a antropóloga Jeanine Anderson trabalha com o conceito de sistemas de gênero, ou seja, partindo da premissa que todas as pessoas, e também as organizações, participam de um conjunto de relações de gênero e desde muito cedo são socializadas nesse aspecto. Assim, também reproduzem, muitas vezes inconscientemente, ideologias e práticas sobre as relações de gênero ao longo de sua vida.

E o que seria um sistema de gênero? Segundo Jeanine (1998), é

> Um conjunto de elementos que incluem formas e padrões de relações sociais, práticas associadas à vida cotidiana, símbolos, costumes, identidades, vestuário, adornos e tratamento do corpo, crenças e argumentos, senso comum e outros elementos que fazem referência, direta ou indiretamente, a uma forma cultural específica de entender e registrar as semelhanças e diferenças entre os gêneros. (p.48)

Assim, se tomamos como exemplo a sociedade em que vivemos, hoje, no limiar do terceiro milênio, vamos observar que coexistem no mundo, e particularmente no Brasil, inúmeros sistemas de gênero. Se analisarmos as relações sociais entre homens e mulheres no país, veremos que não são as mesmas nas grandes cidades ou nas pequenas cidades do interior, no Sul ou no Nordeste, na zona urbana ou rural e, principalmente, que esses sistemas de gênero vêm sofrendo profundas modificações nas últimas décadas.

Alguns fatores importantes têm colaborado para essas mudanças: a crise econômica que força a inserção cada vez maior da mulher no mercado

de trabalho, o aumento crescente das famílias chefiadas por mulheres, a organização das mulheres lutando por uma maior igualdade nas leis e na vida.

É nesse contexto que as mulheres brasileiras conseguem importantes avanços na Constituição de 1988 que considera a maternidade como uma função social, ampliando a licença maternidade e criando a licença paternidade.

Nas últimas décadas, as mulheres têm participado das Conferências Mundiais, de forma organizada, culminando com a Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Beijing, na China. A Plataforma dessa conferência, compromisso assumido pelas organizações governamentais presentes, abordam as iniciativas que devem ser tomadas para promover as mulheres. As entidades e ONGs de mulheres têm desenvolvido desde então atividades para acompanhar a aplicação dessa plataforma.

Hoje em dia, a maioria das ONGs e particularmente as entidades de mulheres e o movimento feminista vêm usando em suas análises e práticas o conceito de gênero o que representou um salto qualitativo na discussão sobre as divisões sociais entre o público e o privado, entre a produção e a reprodução e entre o específico e o geral.

Ao compreender como as relações de gênero estruturam o conjunto das relações sociais, torna-se mais fácil a um grupo ou uma comunidade compreender o sistema de gênero a que pertence e questioná-lo em função de seus objetivos e propostas de crescimento e desenvolvimento.

2.3. A formação do professor de Educação física e a perpetuação das diferenças

Para iniciar o assunto, julgamos interessante apresentar alguns dados de uma pesquisa realizada na Austrália, junto a uma instituição de ensino superior, onde os graduados em Educação Física tinham a possibilidade de obter um diploma em educação. Foram entrevistados alunos e professores formal e informalmente, o que ocasionou a reunião de uma farta

documentação sobre os cursos e disciplinas dos departamentos. Esse estudo está foi apresentado no texto “Conhecimento, gênero e proletarização na formação do professor de Educação Física” de autoria de Doune Macdonald, no livro “Corpo, mulher e sociedade”.

O objetivo da referida pesquisa foi examinar a incidência e a natureza dos discursos de gênero no estudo, bem como as crenças, atitudes e práticas em que estavam envolvidos professores e alunos de ambos os sexos. Como parâmetros, foram utilizados alguns pontos, quais sejam: política de pessoal; fisicalidade e imagem; padrões de interação social; conteúdo acadêmico e agendas de pesquisa. A tese motivadora da pesquisa gerou em torno de que as atividades dos cursos de Educação Física corroem o potencial profissional dos que nela estão envolvidos.

Quanto à política de pessoal, verificou-se que havia um desequilíbrio no número de professores e professoras, com sete homens e duas mulheres ocupando os cargos docentes mais altos. Entre os demais professores havia uma proporção de três homens para cada mulher. Em algumas áreas somente homens exerciam cargos docentes, mais especificamente nas áreas de sociologia, filosofia, fisiologia do exercício, psicologia esportiva, aprendizagem motora e biomecânica.

Uma colocação interessante a fazer é a fala do chefe de departamento que afirmou estar “disposto a contratar uma mulher se houvesse candidata adequada” (p.209).

Para as mulheres restaram as áreas consideradas próprias para as mulheres como: recreação, saúde, pedagogia e dança.

Fazendo um paralelo com o que vemos nas universidades brasileiras e não somente no curso de Educação Física, é possível perceber claramente essa mesma concepção. Se analisarmos alguns cursos, veremos que a proporção de homens para mulheres é a mesma ou pior. No curso de Pedagogia, por exemplo, em uma turma de quarenta alunos, a proporção é de trinta e seis, trinta e sete mulheres para dois ou três homens. Em outros cursos como Informática ou Ciências Econômicas, a proporção é contrária, muitos homens e poucas mulheres.

Nessa instituição onde se realizou a pesquisa, a presença de uma quantidade maior de homens em áreas tidas como “científicas”, conferia um maior status, para fins de verbas e instalações, além de ser mais valorizadas pelos alunos.

A questão da equidade entre os gêneros simplesmente nunca foi discutida na instituição, sendo que os homens não achavam importante discutí-la. Certamente nenhuma mulher ousou levantar a questão, a situação permanece, influindo, certamente, na formação da estrutura do corpo docente e, conseqüentemente, no tipo de formação a que os alunos tinham acesso e, posteriormente, na reprodução desse tipo de concepção dentro da formação dos alunos.

Também se percebeu, ao entrevistar professoras do departamento, que estas definiam seu trabalho em função dos alunos e não de suas carreiras, como faziam os homens, demonstrando que o conceito de “estar à disposição dos outros, importar-se com os outros e agradar os outros são valores que correspondem às idéias de feminilidade.” (pg.211)

Quanto ao aspecto físico e imagem, a pesquisa revelou que os estudantes (bem como os professores), deveriam ter um padrão para serem aceitos, qual seja: corpo esguio, “malhado”, roupas e tênis da moda e de marca e algumas características curiosas, como rabo de cavalo, para as mulheres. Aqueles que fugiam a esse padrão, normalmente não conseguiam se integrar ao grupo. Isso mostra como a questão da imagem, o aspecto físico e a sexualidade definiam quem estava integrado e quem não.

Já no que se referiu aos padrões de interação social, estes refletiam uma dimensão de gênero, embora a abrangência desse aspecto de sexismo nem sempre fosse reconhecida, quer pelos professores, quer pelos alunos. Entrevistando alunas, percebeu-se que era claro a separação, pois havia “grupos de homens e grupos de mulheres” e a integração era afável e amistosa entre ambos. Porém, a discriminação quanto ao sexo era evidente algumas vezes.

Em relação ao conteúdo acadêmico, verificou-se que, em todas as disciplinas, muito pouco se abordava a questão da equidade de gêneros e papel da mulher, não sendo levado muito a sério pelos homens e nem

questionado além pelas mulheres, que se mantinham num silencio estratégico.

Ficou claro que há a separação de gêneros no que diz respeito a atividade física humana como predominantemente biológica, individualista, masculina e mesomórfica, pois se baseiam nas noções tradicionalmente masculinas de força e velocidade.

Ainda ficou claro que não havia nenhuma preocupação em se levantar a discussão sobre a equidade de gêneros e que, provavelmente a situação continuaria a mesma por muito tempo. As mulheres galgando degraus bem abaixo dos homens, sem muitas expectativas de alcançarem posições mais altas dentro das escolas e serem reconhecidas como capazes de desenvolver um trabalho tão eficiente quanto o dos homens.

O leitor do presente trabalho de pesquisa poderia se questionar: Mas, o que uma pesquisa feita na Austrália tem a ver com a realidade brasileira? Aos nossos olhos, tem tudo a ver. Só muda o país e, talvez no Brasil, seja um pouco pior, visto que ainda somos de “terceiro mundo” e a maioria dos currículos das escolas e universidades brasileiras são “adaptados” de currículos estrangeiros.

Também aqui existe a perpetuação do sexismo, a estrutura patriarcal ainda resiste bravamente, mesmo com todos os movimentos feministas que se formaram ao longo dos anos. A proletarização das mulheres e a falta de reconhecimento de seu valor e de suas potencialidades não exclusividade da Austrália, mas uma realidade constatada pelos movimentos de mulheres em diversos países, inclusive o nosso.

2.4. O currículo e o gênero

Segundo o Dicionário Interativo da Educação Brasileira, currículo é o:

> Conjunto de dados relativos à aprendizagem escolar, organizados para orientar as atividades educativas, as formas de executá-las e suas finalidades. Geralmente, exprime e busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais e o plano cultural que eles personalizam como modelo ideal de escola defendido pela sociedade. A concepção de currículo inclui desde os aspectos

> básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. (MENEZES, 2002, P.85)

Já para Saviani (1991) o currículo é:

> o conjunto de atividades nucleares distribuídas no espaço e no tempo da escola para cuja existência, não basta apenas o saber sistematizado. É fundamental que se criem as condições de sua transmissão e assimilação. Significa dosar e seqüenciar esse saber de modo que o aluno passe a dominá-lo. (p.26)

As duas citações acima deixam claro o que vem a ser o "famoso" currículo a que, todos nós, enquanto profissionais da educação estamos atrelados.

Apesar de já ter havido mudanças na concepção e no próprio currículo que regulamenta o ensino em todo o país, ainda vemos que é preciso muitas outras mudanças para que se chegue a aceitar o que algumas vezes ouvimos em processos de formação: "o currículo é flexível", dá autonomia à escola, entre outros. Porém, na prática, o que se percebe é que ainda estamos atrelados a um currículo elitizado, de transmissão de conhecimento e não de construção do mesmo.

Para cada série há um rol de conteúdos que precisam ser trabalhados, independentemente se é o momento, se a criança está ou não pronta. O aluno não é visto como um ser total, mas compartimentado e, conseqüentemente, o ensino também é compartimentado, fazendo com que, na maioria das vezes o conhecimento seja provisório, uma vez que se aprende para um determinado momento.

Em se falando da Educação Física, especificamente, o currículo apresenta como objetivo o desenvolvimento da aptidão física, sem considerar que o ser humano não é só físico. Outra questão a ser colocada ainda, é a nítida separação de gêneros e a priorização da aptidão física, não considerando que nem todos podem ter essa aptidão ou mesmo gosto pela atividade.

Para ilustrar essa situação, é interessante citar o Decreto Federal nº 69.450/71, que estabelece, no título IV, capítulo I:

> Art. 5 – Os padrões de referência para a orientação das normas regimentais da adequação curricular dos estabelecimentos, bem como para o alcance efetivo dos objetivos da Educação Física, desportiva e recreativa são situados em:
>
> I – Quanto à seqüência e distribuição semanal, três sessões no ensino primário e no médio e duas sessões no ensino superior, evitando-se concentração de atividades em um só dia ou em dias consecutivos.
>
> II – Quanto ao tempo disponível para cada sessão, 50 min. Não incluindo o período destinado à preparação dos alunos para as atividades.
>
> III – **Quanto à composição das turmas, 50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física.** (grifo nosso)

Julgamos necessário grifar o último parágrafo por este colocar a quantidade de alunos, privilegiando que todos sejam do mesmo sexo e com o mesmo nível de aptidão física. Somente isso bastaria para uma longa discussão, porém, não nos aprofundaremos no tema, bastando apenas ressaltar a questão da separação de gêneros evidente e a tentativa de se balizar ou "separar" os melhores.

Também em outras disciplinas essa separação existe. Talvez não quanto ao gênero, mas ao nível de aptidão.

Assim, nosso currículo não favorece que se tenha uma educação igualitária, com as mesmas oportunidades a todos e capaz de ser transformadora e formadora de cidadãos plenos, mas de sujeitos individualistas, talvez levados a ser dessa forma por ter que se "adequar" ao sistema e ao que o currículo requer de cada um.

2.4.1. Jogos cooperativos

Apesar de todo avanço já conseguido para uma proposta de inclusão e cooperação na área da Educação Física, ainda é evidente a forte

influência do mito da competição e do processo de esportivização na Educação Física escolar, conforme Correia (2006).

Nesse contexto, os jogos cooperativos se apresentam como uma nova e importante proposta para que o cotidiano da Educação Física possa ser visto sob uma nova ótica.

A referência para o trabalho com jogos cooperativos pode ser buscada em Terry Orlick, autor que levantou a discussão e apresenta os jogos cooperativos como forma de trabalhar a Educação Física de forma a possibilitar a todos, sem exclusão, o desenvolvimento de suas potencialidades e a criação de um clima favorável à formação de um ser mais integral.

A Educação Física, na escola, é historicamente influenciada pelo esporte de rendimento, incorporando a competição como elemento fundamental de sua existência. Isso se confirma através da fala de Lovisolo (2001, p.109) quando afirma que “a competição que se expressa em ganhar e perder é a alma do esporte e creio, portanto, que se há atividade esportiva na escola, algum grau de competição estará presente.”

Esta visão (que é compartilhada por muitos professores) demonstra o quanto ainda encontra-se polêmico o ideal de uma Educação Física que supere a predominância das concepções competitivista e esportivista, reforçando uma concepção equivocada de que o aluno precisa aprender a competir para sobreviver às adversidades que a sociedade lhe impõe.

Nesse contexto polêmico, surge a proposta dos jogos cooperativos como intervenção teórica e prática na tentativa de reverter essa situação.

Para Orlick (apud Brotto, 2002, p. 47) os jogos cooperativos não são manifestações culturais recentes, nem uma invenção moderna, ao contrário, segundo esse autor, a essência dos jogos cooperativos "começou há milhares de anos, quando membros das comunidades tribais se uniam para celebrar a vida". São jogos baseados em atividades com mais oportunidades de diversão e que procuram evitar as violações físicas e psicológicas.

O referido autor apresenta os jogos cooperativos como uma atividade física essencialmente baseada na cooperação, na aceitação, no

envolvimento e na diversão, tendo como objetivo mudar as características de exclusão, seletividade, agressividade e exacerbação da competitividade.

Orlick defende que não conseguiremos manter um ambiente humanitário em nossa sociedade reproduzindo um sistema baseado em recompensas e punições. Propõe iniciar a mudança na estrutura dos jogos dentro da escola paulatinamente, modificando a estrutura vitória-derrota dos jogos tradicionais pela vitória-vitória.

O autor criou uma categorização para o trabalho com os jogos cooperativos, buscando uma concepção não competitiva ou cooperativa:

- Jogos cooperativos sem perdedores: todos jogam juntos e não há perdedores;

- Jogos cooperativos de resultados coletivos: existe uma divisão em duas ou mais equipes, mas o objetivo do jogo só é alcançado se todos jogam juntos.

- Jogos cooperativos de inversão: envolvem equipes, mas os jogadores trocam de equipe a todo instante, dificultando reconhecer vencedores ou perdedores.

- Jogos semi-cooperativos: visam estimular a participação daqueles que normalmente não participam de um jogo devido a uma menor habilidade, criando regras para facilitar a participação desses.

Há que se ressaltar que a produção científica a respeito dos jogos cooperativos ainda é insatisfatória e muito há que se estudar até poder se colocar em prática essa proposta.

Em pesquisas realizadas em uma escola do Rio de Janeiro, citada no livro de Brotto (2002), verificou-se que houve uma resistência, tanto por parte de alunos quanto de professores, pois não estamos culturalmente preparados para a aceitação do novo, não estamos preparados para romper com paradigmas arraigados a tanto tempo em nossos sistemas de ensino e em nossa própria formação como seres humanos.

Porém, é importante ressaltar que só teremos uma sociedade mais igualitária, onde a eqüidade de gêneros e outras formas de separação e de exclusão deixem de existir se começarmos de algum lugar, de algum ponto, e que lugar melhor seria do que a escola, onde temos a matéria-prima

capaz de operar essas mudanças num futuro (que espera-se próximo), ou seja, nossos alunos que, mais tarde estarão formando opiniões, seja em sua família, em seu local de trabalho, em seu grupo de amigos.

Talvez porque não cremos em uma mudança é que ela não aconteça, mas se alguém tentar, buscar, levantar a discussão, poderá se tornar possível vivermos em uma sociedade onde todos, sem exceção, tenham voz e vez.

2.5. Intervenção proposta pelo PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) do Estado do Paraná

A proposta de intervenção foi a elaboração de um Projeto Interdisciplinar com a abordagem do tema "**Diferença não significa desigualdade!"**

As práticas pedagógicas discriminatórias às vezes não são percebidas e pouco discutidas por professores e alunos da maioria das disciplinas. Então continuamos a reproduzir discursos e práticas (mesmo que em alguns casos inconscientemente) que favorecem e reafirmam a superioridade masculina e os padrões patriarcais de comportamento. Um dos principais objetivos do projeto foi o de possibilitar a alunos e professores através de debates e painéis o entendimento das diferenças e necessidade de rompimento dos conceitos e padrões patriarcais de relações para o correto equilíbrio da sociedade. As atividades foram desenvolvidas com duas turmas de ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos do CEEBJA, Guarapuava, atingindo um total de 57 alunos e alunas e aconteceu no período de 03 de março a 23 de junho de 2008.

Foram realizadas leituras de textos contidos na coleção Cadernos de EJA do Governo Federal e Estadual. Durante os debates o que mais chamou a atenção é a dupla jornada de trabalho feminino pois em muita falas isso apareceu como normal. O primeiro debate começou com a pergunta sobre quais eram as tarefas dos homens numa casa, e as respostas foram relacionadas a força (limpar a grama por exemplo) e aquelas ditas perigosas

(arrumar o telhado, a rede elétrica). *“Coisas de homem e coisas de mulher”* pareciam ser senso comum entre os homens. Um aluno somente questionou sobre porque teria que existir essa divisão, dizendo que “*nos dias de hoje tem muita mulher morando sozinha que se vira melhor que homem”.* Ou seja, apesar de colocar que as coisas mudaram ainda existe a idéia que determinadas tarefas são típicas de homem ou de mulher. A partir dos demais textos outras atividades foram propostas tais como: dramatizações de cenas cotidianas, montagem de coreografias, poesias para que os alunos fossem sensibilizados em relação ao tema. Estabelecido o processo de interlocução houve a possibilidade de analisar os avanços principalmente com relação à tomada de consciência da necessidade de mudança dos conceitos machistas que se exprimiam nas falas: *“A gente nem pára pra pensar o quanto discrimina as mulheres, principalmente no trabalho”, “Depois da aula procurei mudar em casa com meu marido e colocar pra ele que eu também canso no trabalho e que ele deve ajudar em casa”, “com os mais antigos é difícil mudar, mas com a gente mais nova dá”.*

A organização de um “Festival de Jogos Cooperativos” foi realizada pelo mesmo grupo de alunos do CEEBJA. A participação nos jogos cooperativos foi a forma proposta para o fortalecimento dos novos hábitos e atitudes promovendo a mudança de comportamento através da sensibilização, usando princípios de cooperação e solidariedade. Em especial na escola a pretensão deve ser a busca conjunta de objetivos e a reorganização coletiva do trabalho pedagógico e, se preciso for, da metodologia de intervenção para que possamos de fato ter êxito na proposta.

3. CONCLUSÃO

A opressão e as desigualdades relacionadas ao gênero não dizem respeito apenas às mulheres, mas a todos os que buscam uma sociedade mais justa e solidária, alterando as relações entre homens e mulheres.

Devem-se levar em conta as diferenças entre homens e mulheres e a necessidade de ações diferenciadas em todos os setores e em especial na

Educação. Isso não significa simplesmente propor políticas educacionais voltadas para as mulheres, mas alterar as relações de desigualdade entre homens e mulheres e, portanto, transformar relações sociais com o objetivo de alcançar a igualdade. As políticas gerais, contudo, têm sido formuladas sob a ótica masculina, sem levar em consideração que mulheres e homens socializados de forma distinta e suas responsabilidades e tarefas, tanto na família quanto na sociedade, são construídas de forma diferenciada e, por isso, necessitam de ações diferenciadas.

As mulheres sempre foram colocadas em situação de desigualdade. As relações sociais e o sistema político, econômico e cultural imprimiram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens. Esta desigualdade sempre foi tratada como natural, como imutável e tem sido uma das formas de manter a opressão sobre a mulher. Como se fosse inerente ao ser mulher, ser subordinada. As mulheres devem ser consideradas como sujeitos de direitos e sujeitos políticos do desenvolvimento econômico e social. Mulheres e homens são iguais em deus direitos e deveres e sobre este princípio devem se apoiar todas as ações que se propõem a superar as desigualdades de gênero.

Se a democracia é um sistema político com caráter inclusivo, podemos questionar a legitimidade de uma sociedade que exclui metade da população das possibilidades de representação e que ignora suas necessidades, deixando de elaborar medidas concretas que possibilitem a melhoria de suas condições de vida.

O movimento de mulheres construiu, ao longo dos anos, uma plataforma de reivindicações, fazendo com que as mulheres passassem s ser vistas como um setor específico na sociedade brasileira, colocando a necessidade de serem reconhecidas enquanto um segmento social. Essa organização, com visão feminista, passou a reivindicar e exigir do poder público, políticas públicas voltadas para as mulheres. Sabemos, entretanto, que isto ainda se dá de forma insatisfatória, sem uma alteração significativa na forma de exercer o poder político e sem a garantia do pleno exercício dos direitos das mulheres.

Nós educadores e educadoras precisamos, de forma pontual, colaborar para a construção de uma nova ordem nas relações entre homens e mulheres, sem os preconceitos de gênero, raça e etnia, baseada na igualdade como marca de uma sociedade plural e democrática. Uma nova sociedade que não se sustente na subordinação e dependência das mulheres em relação aos homens, mas em relações sociais mais justas e democráticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, J. **Sistemas de gênero, rede de atores e uma proposta de formação.** Tradução: Beatriz Cannabrava. Montevidéu: REPEM/CEAAL, 1998, pp 48.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto Federal nº 64.450, de 1º de novembro de 1971**. In: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Educação Física: Legislação Básica. São Paulo, 1985.

BROTTO, F. O. **Jogos cooperativos**: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos: Projeto Cooperação, 2002.

FARIA, N; NOBRE, M. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997,

GONÇALVES, M.A.S. **Sentir, pensar, agir**: corporeidade e educação. Campinas: Papirus, 1994 ,p 196.

LOVISOLO, H. **Mediação**: esporte rendimento e esporte da escola. Revista Movimento. Porto Alegre, ano VII, n. 15, pp. 107-117. 2001,

MENEZES, E.T.; SANTOS, T.H. **"Currículo escolar**" (verbete). Dicionário interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002.

MURARO, R.M. **Um mundo novo em gestação**. Campinas: Verus, 2003.

ORLICK, Terry. **Vencendo a competição.** São Paulo: Círculo do Livro, 1989.

ROMERO, E. (org) **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas: Papirus, 1995.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.